

GAZ, 8/12/79

Cadastro da FJSN ajuda PMVV a arrecadar mais

A Fundação Jones dos Santos Neves vai possibilitar à Prefeitura de Vila Velha aumentar sua arrecadação, a partir de janeiro próximo quando serão cobrados impostos de todos os imóveis localizados na área sul daquele município, fato que nunca ocorreu por falta de cadastramento. Paralelamente, a Secretaria de Planejamento estudará várias alternativas para incentivar a instalação de pequenas indústrias, comércio e outras atividades na região, na tentativa de elevar a capacidade de endividamento da municipalidade, a fim de que tenha condições de realizar obras reivindicadas pela população e contrair financiamentos no setor federal.

Entre março e abril do próximo ano, a Fundação Jones dos Santos Neves terá concluído um plano de obras para Vila Velha, relativo aos bairros que apresentarem maior volume de necessidades. O plano vai quantificar os recursos que serão necessários para contornar os "problemas mais graves", e terá como maior preocupação executar obras de drenagem, esgotos sanitários e pluvial nas áreas carentes.

Todos os estudos desenvolvidos pela Fundação Jones dos Santos, até o momento, estão voltados para os problemas registrados em 33 bairros de Vila Velha, onde um levantamento demonstrou que mais de 100 mil pessoas vivem em condições de subabitação, ocupando terrenos sem nenhuma infraestrutura básica.

CUSTO

Enquanto o prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes, estimou em Cr\$ 300 bilhões a necessidade de recursos para resolver todos os problemas do município, os técnicos da Fundação Jones dos Santos Neves evitaram fazer qualquer comentário a respeito da cifra. O técnico Fernando Betarella, entretanto, admitiu que os custos das obras de maior necessidade naquele município "são, realmente, extremamente altos". Contudo, não arriscou qualquer estimativa.

Segundo Fernando Betarella, o quilômetro de rede de água, inexistente em vários bairros e precária em outros, custa, em média, Cr\$ 2,5 milhões. Informou, tomando como base dados do censo escolar realizado em 1977, que Vila Velha conta com uma área de 23.200 hectares, sendo 12.720 compreendendo o perímetro urbano.

Revelou ainda que a área ocupada por imóveis

residenciais em Vila Velha soma 3.440 hectares, compreendendo 30.784 domicílios particulares, dos quais 10.865 são barracos de madeira. Salientou que 14 por cento das moradias não têm instalação sanitária, e apenas cinco por cento da área urbana dispõem de pavimentação.

Betarella disse ainda que um dos problemas mais sérios de Vila Velha é com relação à drenagem, devido às condições do terreno de um modo geral. Quanto à situação da rede de esgotos, informou que é deficiente em função da falta de declividade do terreno.

CADASTRO

De acordo com Fernando Betarella, a Fundação Jones dos Santos está executando um plano para atualizar o cadastramento de imóveis em Vila Velha, estando os trabalhos neste sentido sendo executados no momento na parte sul do município. Segundo disse, o cadastro da municipalidade está defasado, uma vez que data de 1972, e por este motivo nunca foram cobrados impostos dos imóveis situados na área sul daquele município.

Informou que a partir de janeiro próximo, a Prefeitura de Vila Velha dará início à cobrança dos impostos relativos aos imóveis da parte sul. Simultaneamente, serão iniciados trabalhos de atualização do cadastro em outras áreas do município, visando dar condições para a prefeitura aumentar sua arrecadação anual e, como consequência, elevar sua capacidade de endividamento (atualmente está esgotada), para ter condições de contrair empréstimos na área federal.

A Fundação Jones dos Santos Neves estudará, em conjunto com a Secretaria do Planejamento, alternativas para incentivar a instalação em Vila Velha de pequenas indústrias, comércio e outras atividades, visando dar à região vida própria, já que, nas condições atuais, é considerado município dormitório.

Para resolver os problemas em alguns bairros considerados carentes, a Fundação Jones dos Santos Neves vai elaborar, entre março e abril, um plano plurianual de obras, quantificando a necessidade de recursos, para ser executado pela prefeitura. Como esta não tem condições de realizar os serviços, a FJSN atuará como intermediário junto ao governo federal, tentando viabilizar todos os recursos para execução dos projetos a serem elaborados.